COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 4.412-D, DE 2001

Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída e regulamentada, nos termos desta Lei, a profissão de Supervisor Educacional.

Art. 2º O exercício da profissão de Supervisor Educacional é prerrogativa dos portadores de diploma de curso de graduação obtido em instituição de ensino superior devidamente autorizada e credenciada pela autoridade competente do sistema de educação nacional.

Parágrafo único. O diploma referido no *caput* deste artigo pode ser obtido em:

I - curso de Pedagogia, habilitação em Supervisão Educacional ou Supervisão Escolar;

II - instituição estrangeira de ensino superior, revalidado e registrado como equivalente ao diploma mencionado no inciso I deste parágrafo;

III - curso de pós-graduação em Supervisão Educacional ou Supervisão Escolar.

Art. 3º O campo de atuação do supervisor educacional abrange:

I - os órgãos centrais e regionais dos sistemas de ensino;

II - as instituições de ensino;

III - todas as áreas que desenvolvem ação de formação.

Art. 4º Compete ao supervisor educacional coordenar, planejar, pesquisar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, controlar, acompanhar, orientar, executar e avaliar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes e pareceres técnicos, científicos e pedagógicos, na área educacional.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA
Presidente

Deputado MAURÍCIO RANDES
Relator